



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E A SUA RELEVÂNCIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ROSELI DA FONSECA ROCHA

Assistente Social do Instituto Fernandes Figueira – FIOCRUZ /

e-mail: roseli@iff.fiocruz.br

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objetivo contribuir com o debate acerca da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. Buscamos apresentar a relevância dessa temática para um exercício profissional comprometido com o fortalecimento das relações sociais democráticas e de garantia dos direitos humanos.

Numa sociedade marcada por índices alarmantes de desigualdades sociais, o profissional de Serviço Social se vê impelido a intervir sobre uma realidade de múltiplas violações de direitos. Sua intervenção deverá estar coadunada com os princípios do seu código de ética, que afirma que o posicionamento profissional deva ser em favor da equidade e justiça social. Assim, sua atuação exigirá para além da competência técnico-operacional, um posicionamento ético e político ante essas violações.

Nesse sentido, a apropriação da categoria raça/etnia pelos profissionais de Serviço Social faz-se necessária para uma melhor apreensão crítica das relações raciais e suas múltiplas determinações. A realidade sobre a qual o assistente social se debruça é complexa e multifacetada, o que o leva, a partir de uma perspectiva crítica do conjunto das relações sociais, nas quais a discriminação racial é atravessada por determinantes de classe, de gênero e de geração, a refletir sobre as ferramentas teórico-metodológicas disponíveis para a uma intervenção profissional comprometida com o enfrentamento de todas as formas de opressão e discriminação. E, é nessa perspectiva de totalidade social que buscamos compreender o fenômeno do racismo e suas múltiplas expressões na sociedade brasileira com vistas a sua superação.



A lacuna desse debate no processo de formação profissional já vem sendo apontada há alguns anos por discentes, docentes e pesquisadores de Serviço Social. Rocha (1996) por ocasião da construção do seu TCC ao realizar pesquisa junto à biblioteca central da Universidade Federal Fluminense - UFF acerca de temas relacionados à questão racial nos TCCs de Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFF do período de formação das primeiras turmas no final dos anos quarenta ao ano de 1995 identificou apenas um trabalho abordando essa temática. Silva Filho (2006) realizou o mesmo levantamento até o ano de 2002 e identificou apenas seis TCCs cujos títulos apresentavam o interesse pela questão racial. O impacto da pouca reflexão acerca da temática racial no processo de formação certamente será sentido no exercício profissional.

## INDICADORES SOCIAIS E AS DESIGUALDADES RACIAIS

**A carne mais barata do mercado é a carne negra  
Que vai de graça pro presídio  
E para debaixo de plástico  
Que vai de graça pro subemprego  
E pros hospitais psiquiátricos**

(Seu Jorge, Marcelo Yuca & Wilson Capellet)

Podemos observar, através da composição de Yuka, Seu Jorge e Capellet, o retrato, ainda que em “*três por quatro*”, da trágica realidade da população negra no Brasil. A reflexão proposta pelos compositores nos impele a pensar sobre uma realidade de expropriação, opressão e morte de milhões de pessoas, que pela sua condição étnico-racial <sup>1</sup> tornam-se vítimas preferenciais de um sistema de exploração capitalista e de dominação racista e sexista.

---

<sup>1</sup> Aqui nos apropriamos do conceito de raça utilizado por Jacques D’adesky (2001) “existe um consenso na afirmativa de que raça remete, simbolicamente, a uma origem comum. Seja qual for seu grau de indeterminação, ela evidencia a continuidade das descendências, o parentesco pelo sangue, a



A população negra constitui alvo preferencial dos homicídios no Brasil. Segundo o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010, entre os anos de 2001 e 2007, ocorreu uma redução de 3,3% no número de jovens (pessoas de até 24 anos) assassinadas em todo o país. Contudo, ao analisar esses dados a partir da categoria raça/cor, no contingente branco verifica-se uma queda em 28% no número de assassinatos. Com relação ao número de homicídios contra os jovens pretos e pardos se elevou em 13,5%.

No contingente do sexo masculino em todos os grupamentos etários selecionados até os 24 anos de idade, a probabilidade de um jovem preto e pardo morrer assassinado era maior do que um jovem branco. No somatório de todas as idades de 0 a 24 anos, a probabilidade de um jovem preto e pardo do sexo masculino ser assassinado era de 123,2% maior do que a mesma probabilidade de um jovem branco. (PAIXÃO, et al, 2010, p. 256-257).

Essa realidade pode ainda ser constatada através dos dados do “Mapa da Violência 2011 – Os Jovens do Brasil”, onde o número de homicídios entre os negros é alarmante. Segundo o Mapa<sup>2</sup> o número de pretos e pardos assassinados no Brasil aumentou entre 2002 e 2008, enquanto que o número de brancos vítimas desse tipo de crime caiu. Baseado em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde morrem, proporcionalmente, mais do que o dobro de negros do que brancos vítimas de homicídios.

Segundo os dados do Censo 2010 do IBGE<sup>3</sup> os negros são a maioria da população brasileira. Dos 190.755.799 milhões de habitantes, 50,7% da população ou 96,7 milhões se auto-declararam negros (pretos e pardos). A população que se auto-declarou branca representou 47,7% ou 91 milhões, 2 milhões se auto-declaram amarelos (1,1%) e 817,9 mil indígenas (0,4%).

---

hereditariedade das características fisiológicas, e mesmo das psicológicas e sociais. Mas, do ponto de vista da genética, a idéia de raça é desprovida de conteúdo de valor científico”. (D’adesky, 2001:44-45). Todas as pessoas são oriundas de uma mesma raça: a Raça Humana. Assim, o conceito de raça aqui é discutido sob uma perspectiva sociológica, não biológica.

2 Estudo elaborado pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça, e coordenado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia>

<sup>3</sup> FONTE: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1866&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1)



Embora, ainda não tenhamos todos os resultados do Censo realizado no ano de 2010, constataremos que mesmo constituindo a maioria da população brasileira, os negros continuam sendo minoria nos espaços sócio-ocupacionais de maior remuneração e prestígio social, nos espaços de poder e decisão política, bem como nos espaços acadêmicos e meios de comunicação.

Numa sociedade que sustenta sobre os pilares do mito da democracia racial, a condição étnico-racial, que historicamente sempre foi utilizada como mecanismo de seleção e exclusão, aparece como elemento secundário nos estudos e pesquisas acadêmicas, bem como nas propostas e elaboração de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das injustiças sociais.

Vê-se que em todas as dimensões da vida social, seja na expectativa de vida, no acesso a educação e na inserção no mundo do trabalho, a população negra aparece como o segmento social mais suscetível a discriminação. Um olhar mais atento sobre essa realidade já nos revela o quão desigual é a distribuição de riquezas e partilha de poder em nossa sociedade. Todavia, para uma apreensão crítica acerca das múltiplas determinações dessa realidade, somos impelidos a uma reflexão mais profunda dos processos sociais que configuram historicamente a dinâmica de opressão e exploração dessa população.

O desemprego estrutural é uma das muitas expressões do aprofundamento das contradições do capital. Segundo Marx (2009) a população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação no sistema capitalista. E nessa lógica verifica-se que a grande maioria da população que engrossa o exército de reserva tem em comum a cor e o sexo. Esses fatores se entrecruzam com outros determinantes sociais numa relação que determina hierarquicamente quem é absorvido ou não pelo mercado de trabalho e de que maneira e em que condições esses trabalhadores serão inseridos na organização capitalista de produção.



A partir dos dados do IBGE (2009)<sup>4</sup> a taxa de desemprego da população economicamente ativa - PEA residente nas seis maiores regiões metropolitanas<sup>5</sup> do Brasil é de 5,3% de homens brancos, 7,9% de mulheres brancas, 7,5% de homens pretos e pardos e 11,2% de mulheres negras. O total da população branca desempregada representa 6,5% e da população preta e parda 9,2%.

Os índices que retratam os níveis de desigualdades raciais estão presentes em todas as esferas da vida social. Entretanto, em determinados espaços sociais os níveis de desigualdades são mais visíveis, dentre eles o mercado de trabalho, onde as mulheres negras são as que aparecem como as mais atingidas pelo desemprego.

Com relação à expectativa de vida a pesquisa realizada pelo IPEA (2008) em 2006, apontou que, enquanto 9,3% das mulheres negras tinham sessenta anos ou mais de idade, entre as brancas essa proporção era de 12,5%. Em 1993 tinha-se 7,3% e 9,4%, respectivamente. Embora as mulheres estejam vivendo mais, as desigualdades entre os grupos étnico-raciais permanecem.

No que diz respeito aos indicadores de saúde, a mulher negra também aparece como a mais sujeita a agravos. A partir dos dados fornecidos em 2008 pelo Ministério de Saúde, Werneck (2009), afirma que as mulheres negras representam um dos grupos mais vulneráveis, bem como a piores condições de acesso a políticas de promoção, prevenção e assistência. Apresentam altas taxas de mortalidade por causas evitáveis, com destaque para a mortalidade materna.

As mulheres negras com a pele mais escura, classificadas como pretas, foram as que apresentaram maior risco de morte durante a gravidez, parto, puerpério ou abortamento (161,7, no ano de 2005) quando comparadas as mulheres negras de pele mais claras classificadas como pardas (97,2). No que tange à violência sexual, a partir

---

<sup>4</sup> Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (Banco de Dados publicado no periódico Tempo em Curso – Faculdade de Economia/UFRJ). Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

<sup>5</sup> As Regiões são: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.



dos dados fornecidos pela VIVA, 2006-2007, as mulheres negras representaram 55% dos casos notificados e as mulheres brancas 32% (WERNECK, 2009, p.114-117).

Os dados acerca da realidade da mulher negra, embora sejam gritantes, ainda não são capazes de revelar sua real dimensão. Por também serem alvos preferenciais da violência institucional, muitas mulheres negras não vêem nos órgãos públicos de segurança e proteção espaços de garantia de seus direitos. Assim sendo, o racismo institucional <sup>6</sup> constitui num dos principais mecanismos de produção e reprodução das desigualdades raciais e de gênero e tem se mostrado ao longo da história eficaz na manutenção da invisibilidade dessa violência.

Na educação embora os dados retratem um pequeno aumento no acesso da população negra aos espaços de ensino, essa inserção ainda não tem revelado uma diminuição dos níveis de desigualdades construídas historicamente.

Segundo o Relatório das Desigualdades Raciais 2007-2008 (PAIXÃO e CARVANO, 2008), a partir da leitura dos indicadores gerados pelo *Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, entre 1995 e 2003*, verificou-se que o sistema brasileiro de ensino combinou a forte expansão das vagas com a perda correspondente de qualidade. Nesse caso, o sentido geral dos indicadores sobre as desigualdades de cor ou raça foi antes de preservação do que de sua redução. Crianças e adolescentes negros se deparam com dificuldades decorrentes da condição étnico-racial que influenciam fortemente para o fracasso escolar.

Isso sugere que para as crianças e adolescentes deste último grupo de cor ou raça incidem obstáculos adicionais para o desenvolvimento dos estudos, representados pela discriminação racial presente nos espaços escolares e que

---

<sup>6</sup> “O Racismo Institucional é o fracasso coletivo de uma organização ou instituição em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido a sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que denotem discriminação resultante de preconceito, ignorância, falta de atenção ou estereótipos racistas”. (Programa de Combate ao Racismo Institucional – PCRI/DFID/PNUD).



se manifesta de diferentes formas: atitudes discriminatórias de professores, demais profissionais do ensino e colegas; livros didáticos que transmitem conteúdos preconceituosos ou que reforçam a invisibilidade dos negros; conteúdo de ensino antropocêntrico e pouco receptivo à perspectiva da diversidade e do multiculturalismo, etc. (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 184).

Segundo Paixão (2008) o ingresso dos negros na rede de ensino é mais tardio quando comparado à população branca. A saída, no entanto, é mais precoce e o reingresso à escola por parte daqueles de faixa etária mais adiantada é menos intensivo entre a população negra do que entre a população branca. (PAIXÃO, 2008, p. 84).

Esses eixos, quando combinados, podem aprofundar o campo das desigualdades, como é o caso do acesso ao sistema Judiciário. Ribeiro Filho (apud MEDEIROS, 2004), após examinar cerca de 400 processos julgados no Rio de Janeiro de 1900 a 1930, chega à conclusão de que os negros também são discriminados pelo poder judiciário. Ao analisar as características, cor, gênero, classe social, faixa etária e o resultado dos processos, descobriu que os negros tinham mais probabilidade de serem condenados que um branco respondendo as mesmas acusações. Uma vez condenados, os negros também acabavam recebendo penas mais longas que os brancos que cometeram os mesmos delitos. Tal realidade parece não ter mudado, Sergio Adorno (apud MEDEIROS, 2004) ao investigar o racismo nas instituições penais brasileiras nos dias atuais, constata o perfil geral das condenações no Brasil:

Réus negros experimentam maiores obstáculos de acesso à Justiça criminal e maiores dificuldades de usufruírem do direito de ampla defesa, assegurado pelas normas constitucionais vigentes. Em decorrência, réus negros tendem a merecer um tratamento penal mais rigoroso. (ADORNO apud MEDEIROS, 2004, p.89).

Essa maior penalização dos negros quando cometem os mesmos crimes praticados por brancos, não difere da realidade experimentada pelos afro-americanos nos EUA. Segundo WACQUANT(2001), a prisão é um espaço onde os negros ocupam uma posição de destaque pelo que representam numericamente.

“a prisão é portanto um domínio no qual os negros gozam de fato de uma “promoção diferencial”, o que não deixa de ser ironia no momento em que o país vira as costas os programas de *affirmative action* com vistas a reduzir as’ desigualdades raciais mais gritantes no acesso à educação e ao emprego.



Resultado: em vários estados, como no de Nova York, o contingente de prisioneiros de cor é hoje nitidamente superior ao dos estudantes de cor inscritos nos campi das universidades públicas.” ( WACQUANT, 2001, p. 95).

Ainda segundo o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil de 2007-2008 (PAIXÃO e CARVANO, 2008) o IDH<sup>7</sup> dos pretos e pardos no ano de 2005 correspondia ao de um país de médio desenvolvimento humano, 25 posições abaixo da posição brasileira no ranking do PNUD. Já os brancos, no mesmo ano, apareciam com um IDH equivalente ao de um país de alto desenvolvimento humano, 19 posições acima da mesma colocação brasileira. Por conseguinte, o IDH de ambos os grupos estava separado 44 posições no ranking do PNUD.

É sobre essa realidade de índices alarmantes de desigualdades raciais que o profissional de Serviço Social será chamado a intervir. Para lidar com questões tão complexas, faz-se necessário o uso de ferramentas teórico-metodológicas adequadas. E tendo como norte as orientações do seu código de ética profissional, que assume o compromisso em não pactuar com nenhum tipo de discriminação, defendendo de forma intransigente os direitos humanos, esse profissional deve buscar intervir de forma crítica e competente.

Segundo Ianni (2004b) há uma larga desigualdade racial, entre outras desigualdades sociais, além das diferenças entre as classes (2004b, p.355). E nesse mesmo sentido Iamamoto (2001) afirma que para dar conta da questão social, hoje, é preciso decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. É preciso ainda decifrar as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais (2001, p. 114).

---

<sup>7</sup> De acordo com o novo estudo da ONU, o PIB per capita do Brasil subiu de US\$ 8.325 para US\$ 8.402, entre 2004 e 2005, considerando a Paridade do Poder de Compra. O IDH da Saúde (expectativa de vida ao nascer) melhorou de 71,5 anos para 71,7 anos entre os dois anos. Com isso, nosso IDH subiu de 0,798 para 0,800. Educação- os dados referem-se ao ano anterior. O índice atribuído foi de 87,5%. Informações disponível em: <http://noticias.terra.com.br/retrospectiva2007/interna/0,,OI2121860-EI10676,00.html>



É nesta perspectiva que a discussão da questão étnico-racial no Serviço Social torna-se imprescindível para o exercício profissional comprometido com o combate de todas as formas de discriminação. Assim, apresentaremos alguns estudos que nos convidam a refletir sobre a necessidade premente de incluirmos em nossos projetos de pesquisa a preocupação com essa temática, tendo como direção ético-política a consolidação do projeto profissional emancipatório.

## **A RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL PARA O SERVIÇO SOCIAL**<sup>8</sup>

A partir de Estudos realizados por PINTO (2003); RIBEIRO (2004); CARVALHO e SILVA (2005); SILVA FILHO (2006), MARQUES JUNIOR (2007), podemos constatar a baixa produção acadêmica de Serviço Social sobre a temática étnicorracial.

Quais as implicações da carência de estudos e debates sobre esse tema para o exercício profissional? Diante de situações de discriminação e violência racial quais ferramentas têm sido utilizadas pelo Serviço Social para o enfrentamento dessa questão? Tais indagações ainda precisam ser respondidas, mas já apontam alguns caminhos para a reflexão crítica acerca da importância dessa discussão para o Serviço Social.

Pesquisa realizada por Pinto (2003) por ocasião da construção do seu trabalho de conclusão de curso em 1986 já apontava a necessidade desse debate para a categoria profissional. Nos entrevistas realizadas com assistentes sociais e usuários do serviço social, constatou o desconhecimento do profissional acerca do tema.

Em pesquisa realizada na a Biblioteca Central da Universidade Federal Fluminense - UFF sobre os Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social do ano da Fundação da Escola de Serviço Social da UFF (1945) ao ano de 2002, Silva Filho (2005) identificou apenas seis TCCs abordando a temática étnico-racial.

---

<sup>8</sup> Os dados aqui apresentados foram publicados no artigo de minha autoria intitulado “A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social”. In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 99 (2009, p. 543-555).



Ainda na perspectiva de fornecer elementos consistentes para a necessidade de se aprofundar a discussão acerca desse tema no Serviço Social, o estudo realizado por Ribeiro (2004) resgata a produção dos assistentes sociais nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais - CBAS, a partir de 1989<sup>9</sup>. Considerando que o CBAS se constitui no maior Fórum de debate dos assistentes social, onde os temas que ocupam o fazer profissional são apresentados e discutidos num momento de troca de saberes e de possibilidades de construção coletiva de conhecimento, a discussão dessa questão, num espaço como este, ganha maior visibilidade política e acadêmica.

A autora destaca que no 6º CBAS que ocorreu no de 1989 foram identificados dois trabalhos que abordavam a temática racial. No 7º CBAS, em 1992, não identificou nenhum trabalho relativo ao tema. No 8º CBAS ocorrido no ano de 1995, foram apresentados três trabalhos com essa discussão. Em 1998, no 9º CBAS, foram apresentados 7 trabalhos distribuídos em áreas temáticas distintas<sup>10</sup>. Sobre este CBAS, Veloso (2007) destaca que o congresso *apontou o patente reconhecimento das questões de gênero e raça/etnia nos planos acadêmico, profissional e político do Serviço Social (2007, p. 19)*.

Sobre o 10º CBAS, Marques Junior (2007)<sup>11</sup> identificou que, no universo de 559 trabalhos apresentados na modalidade de comunicação oral, apenas três trabalhos discorreram sobre questões étnico-raciais e que, no universo de 187 trabalhos na modalidade de pôster, nenhum deles abordou essa temática. No 11º CBAS, identificou 9 trabalhos acerca desse tema, 6 na modalidade de comunicação oral e três na modalidade de Pôster.

---

<sup>9</sup> A autora assinala essa data como um marco para a categoria por ter ocorrido naquele ano a realização do 6º CBAS, onde os profissionais ligadas à temática étnico-racial e aos movimentos negros e de mulheres e negras propuseram-se a apresentar teses sobre o tema racial.

<sup>10</sup> Áreas temáticas: “Família e Sociedade” ; “Questão agrária, questão indígena e meio ambiente”; “Etnia e gênero”.

<sup>11</sup> Essa pesquisa foi realizada por Joilson Santana Marques Junior como parte do seu Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, cujo título “Serviço Social e a questão racial: Um balanço da Produção teórica no pós-Durban”. O TCC foi apresentado em 2007 na FASSO/UERJ, sob a orientação da professora Magali da Silva Almeida.



Nos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade do primeiro ano de sua publicação (1979) ao ano de 2006<sup>12</sup>, apenas 2 artigos publicados abordaram a questão étnico-racial<sup>13</sup>. Silva Filho (2006) identificou um único artigo abordando a questão racial na revista *Temporalis* nº 5 publicada no ano de 2002. Segundo o autor, por ocasião da sua pesquisa no ano de 2003, esse periódico encontrava-se na publicação nº 7. Sobre a produção de livros, Silva Filho (2006) e Marques Junior (2007) identificaram em suas pesquisas apenas a publicação de Elisabete Pinto (2003) intitulada “*O Serviço Social e a questão étnico-racial - um estudo de sua relação com usuários negros*”.

Carvalho e Silva (2005)<sup>14</sup> ao realizarem levantamento das produções de Serviço Social na pós-graduação a partir do DATACAPES, localizaram 760 teses e dissertações defendidas junto aos programas de Pós-graduação no período de 1998-2002, dezesseis eixos temáticos, dentre os quais se inclui o eixo “Etnia, Gênero, Orientação sexual”. Esse eixo representou 4,60% das teses e dissertações defendidas nesse período e 7,64% dos temas abordados nos projetos de pesquisa dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social do triênio 2001-2003. Quando se destaca do eixo “Etnia, gênero, orientação sexual, a temática “étnico-racial” os números apresentam resultados menos expressivos. Na produção bibliográfica: livros e coletâneas, o eixo “Etnia/raça” é abordado em cinco obras (2,25%), ocupando a décima colocação no rank dessa modalidade de produção acadêmica. Esses números decrescem um pouco mais quando as autoras analisam os eixos temáticos em capítulos de livros (2001-2003), nessa modalidade de produção o eixo “Etnia/raça” tem três produções (0,81%), ocupando o 14º lugar.

---

<sup>12</sup> Silva Filho (2006) analisa as publicações da Revista Serviço Social e Sociedade do ano de 1979 ao ano de 2005. Marques Junior (2007) analisa as publicações dessa Revista do ano de 2001 a 2006.

<sup>13</sup> Os artigos publicados são: “*As abordagens étnico-raciais no Serviço Social*” de Matilde Ribeiro (2004); “*A questão racial na assistência social: um debate emergente*” de Sarita Amaro (2005).



A partir desse levantamento foi possível identificar que no conjunto da produção bibliográfica dos programas de Pós-graduação da área de Serviço Social: livros e coletâneas; capítulos de livros; artigos publicados em periódicos e trabalhos completos publicados em anais no período de 2001-2003, o eixo “Etnia/raça” ocupou o 21º lugar com 28 produções (1,6%). (Carvalho e Silva, 2005, p.129).

Diante desse quadro há de se pensar o porquê do pouco interesse investigativo sobre a temática étnico-racial. Tal realidade aponta uma contradição para a formação profissional em Serviço Social, que defende, desde o processo de ruptura, a criticidade dos fenômenos sociais, bem como a leitura dos processos sociais a partir da perspectiva de totalidade social. Conforme Veloso (2007) as relações sociais são construídas a partir de três eixos básicos: as relações de classe, de gênero e étnico-raciais. Essas categorias constituem um conjunto de relações fundamentais que entrelaçam-se, que imbricam-se, potencializando-se reciprocamente (Veloso, 2007, p.13).

Neste sentido, a partir de uma perspectiva crítica e comprometida com um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, é premente a incorporação da temática étnico-racial pelo Serviço Social em consonância com as diretrizes curriculares e com os princípios norteadores do seu projeto ético-político.

A partir da perspectiva da totalidade há de se romper com o pensamento *a-histórico* e com a superficialidade da apreensão do real. Na contramão da lógica que aprofunda as mazelas sociais, negando os conflitos oriundos das contradições de classe, o pensamento crítico oferece elementos de análise que permitem o desvelamento do real com vistas à supressão de todas as formas de opressão e exploração próprias da ordem capitalista.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Embora os estudos contemporâneos na área da genética confirmem que, sob o ponto de vista biológico não há raças e sim uma única raça, a raça humana, os índices



de desigualdades raciais tendem a revelar o quão distante estão as conclusões científicas da realidade vivida por milhões de pessoas que carregam em seus corpos as marcas fenotípicas de ascendência africana. Em sociedades onde manifestações *fenotipofóbicas*<sup>15</sup> convivem com o discurso da democracia racial, os mecanismos jurídicos que condenam o racismo não têm dado conta da magnitude do preconceito e da discriminação racial.

Segundo Moura (1990) o racismo, o mito de superioridade racial de um povo sobre o outro, encobre, presentemente, os interesses expansionistas ou messiânicos de povos que se julgam eleitos e desejam, através dessa cortina de fumaça, conseguir hegemonia econômica, social e cultural sobre os povos mais fracos. Esta racionalização do preconceito através do racismo, por isto mesmo, não morreu e ainda exerce papel e função de importância em diversos blocos de poder de nações que disputam a hegemonia no mundo capitalista. (1990, p. 214).

Com base no Código de Ética do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação Profissional (Lei n.8662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional de Serviço Social (ABEPSS, 1996), que ações se fazem ainda necessárias para apreensão do fenômeno do racismo como gerador de discriminação, opressão e exploração dos sujeitos sociais? Quais ferramentas teórico-metodológicas e ético-políticas os profissionais de Serviço Social tem se apropriado com vistas à incorporação da temática étnico-racial como elemento fundamental para o processo de construção de relações sociais sustentadas em valores emancipatórios? Em

---

<sup>15</sup> Categoria utilizada por MOORE (2007) ao se referir às sociedades que atribuem status às pessoas a partir de suas características físicas: “*Neste tipo de formação, são as diferenciações da cor da pele, da textura do cabelo, da forma dos lábios e da configuração do nariz que determinam o status coletivo e individual das pessoas na sociedade. Por essa razão, os modelos pigmentocráticos são forçosamente sistemas que se baseiam na miscigenação compulsória por serem fundamentalmente fenotipofóbicos. Mudar o fenótipo, sempre no sentido de uma maior concordância com as feições e a cor do segmento dominante, é um objetivo obsessivamente compulsivo neste tipo de sociedade.* (MOORE, Carlos. 2007, p. 260).



que medida e extensão a questão étnico-racial tem sido tema relevante para os estudos e pesquisas no processo de formação e exercício profissional?

Sob a perspectiva da totalidade social, questões relacionadas à classe, gênero, geração, etnia, raça, orientação sexual, entre tantas outras dimensões da formação e relação humana, devem ser consideradas imprescindíveis para a consolidação dos princípios que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social. Assim, buscando garantir o exercício profissional crítico e competente<sup>16</sup> frente a violações de direitos por razões de preconceito e discriminação racial, trazer para o campo da formação profissional o aprofundamento dessa discussão, possibilitará a construção de práticas mais efetivas de enfrentamento do racismo e que transcendam as fronteiras da ordem capitalista de exploração e opressão dos sujeitos.

## BIBLIOGRAFIA

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional: documento ABESS/CEDEPSS. In Serviço Social e Sociedade, nº 50. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. In Serviço Social e Sociedade, 79. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BEHRING, Elaine, R.; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

---

<sup>16</sup> Para uma melhor compreensão do que entendemos como competência profissional, recorremos a Guerra (2007): “A competência ultrapassa saberes e conhecimentos, mas não se constitui sem eles. É necessário que haja uma intervenção reflexiva e eficaz, no sentido de articular dinâmicas de conhecimento, saberes, habilidades, valores e posturas (...). Essa competência se dá “questionando critérios de elegibilidade que são focalistas, que tratam direitos como privilégios; ampliando o quanto possível esses critérios, visando a sua universalização; qualificando e ou redirecionando os programas focais para o atendimento de demandas dos usuários; democratizando o acesso pela via da informação; pesquisando e conhecendo os sujeitos que demandam as ações profissionais, seus modos de vida e formas de resistência; estabelecendo alianças programáticas com eles, conquistando a legitimidade por parte dos sujeitos que se utilizam dos serviços que é executado e ou planejado pelo assistente social, estabelecendo compromisso com as denúncias e efetivando o trabalho de organização popular. (GUERRA, 2007, p. 31).



CARVALHO, Denise B.B.; SILVA, Ozanira.(org.) Serviço Social, Pós-graduação e Produção de conhecimento no Brasil. São Paulo : Cortez, 2005.

CFESS. Código de Ética profissional do Assistente Social/1993 e Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social. Brasília, 1993.

GRESS. Assistente Social: ética e direitos. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. Coletânea de Leis e resoluções. RJ. 4ª ed, abril, 2005.

D'ADESKY, Jacques. Pluralismo Étnico e multiculturalismo: Racismos e Antiracismos no Brasil- Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez: Autores Associados - Coleção Polêmica do nosso tempo; v.33 -, 1989.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Serviço Social e Sociedade, nº 91 – São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda,V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octávio. Raças e Classes Sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAESER. Tempo em Curso. Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. V. 1, nº 01, Nov. 2009.

MARQUES JUNIOR, Joilson S. Serviço Social e questão racial: um balanço da produção teórica no Pós-Durban. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 2007.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: Marx, Karl. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. (Col. Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. Para a Questão Judaica. Edições avante! Biblioteca do marxismo-leninismo – 27.

MOURA, Clovis. As injustiças de Clio – o negro na historiografia brasileira. Oficina de livros, belo horizonte, 1990.



PAIXÃO, Marcelo. Dialética do Bom aluno – relações raciais e o sistema educacional brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

\_\_\_\_\_ et al.(orgs). Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007 – 2008. LAESER, do Instituto de Economia da UFRJ – 2010.

\_\_\_\_\_ e CARVALHO, Luiz M. (orgs). Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007 – 2008. LAESER, do Instituto de Economia da UFRJ – 2008.

PINTO, Elisabete Aparecida. O Serviço Social e a questão étnico-racial (um estudo de sua relação com usuários negros). São Paulo: Terceira Margem, 2003.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade, nº79. São Paulo: Cortez, 2004.

ROCHA, Roseli, F. Rasgando o Silêncio: Debate sobre política de cotas como estratégia de inserção do negro na universidade. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Niterói, RJ, ESS/UFF, 1996.

SANTOS, Silvana Mara. M. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHET, I.; BEHRING, E; et al (org.). Política Social no capitalismo – Tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA FILHO, José B. O Serviço Social e a questão do Negro na sociedade brasileira – Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

VELOSO, Renato. Gênero e Serviço Social: um diagnóstico necessário. In Superando desafios: cadernos de serviço social do Hospital Universitário Pedro Ernesto – UERJ – Rio de Janeiro: Visão Social Produções, 2007.

VINAGRE, Marlise. Ética, Direitos Humanos e projeto profissional emancipatório. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (org). Ética e Direitos Humanos: ensaios críticos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2009.